

DESIGUALDADES DE RAÇA E GÊNERO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM OLHAR SOBRE A BASE SINAES

JOSELINA DA SILVA (UFC) ¹

Resumo :

Nos sentimos instigados a escrever este artigo a partir da constatação de que a referencial obra *A mulher na educação superior brasileira: 1991-2005* - publicada pelo INEP, em 2007- deixou de incluir a variável raça em sua análise.. Longe está de nosso objetivo perfazer a mesma trajetória da numerosa e exímia equipe que se ocupou daquela produção. O intento aqui é trazer à luz algumas das reflexões realizadas por diversos autores que demonstram a inexistência de indicadores substanciais sobre a situação das mulheres negras brasileiras, uma vez ingressadas no ensino superior. Políticas públicas diversas são realizadas a partir da existência – ou o seu oposto – de informações transmitidas por dados estatísticos. A produção dos recortes de raça e gênero depende de recursos técnicos e econômicos, da formação e, sobretudo, da sensibilidade dos gestores, para perceber o valor de sua geração. Essa temática nos ajuda a pensar no quadro de como são construídas as hierarquias raciais no país. Este texto se propõe a fazer uma análise sobre a participação das afro – brasileiras, a partir das informações disponíveis na base SINAES. Esta é uma versão, mais aprofundada, de um texto apresentado no *Simpósio Gênero e Indicadores da Educação Superior Brasileira organizado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República*, em novembro de 2007, no DF. Esta é uma pesquisa em andamento, no âmbito do N^oBLAC (Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de estudos em relações raciais, gênero e movimentos sociais) da UFC.

Palavras – chave:

Gênero – Relações raciais – etnicidade

¹ Trabalho apresentado na 26^a. reunião de Antropologia realizada entre 1 a 4 de junho de 2008, em Porto Seguro, Bahia. Dra. em Ciências Sociais pelo PPCIS/ UERJ (2005). Professora Adjunta de Sociologia, UFC/ Cariri. Coordenadora do N^oBLAC- Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de estudos em relações raciais, gênero e movimentos sociais, certificado pelo CNPQ.

DESIGUALDADES DE RAÇA E GÊNERO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM OLHAR SOBRE A BASE SINAES

JOSELINA DA SILVA (UFC) ²

Este texto se propõe a fazer uma análise - embora não exaustiva - sobre a participação das mulheres negras brasileiras no ensino superior, procurando atender à expectativa da equipe promotora do Simpósio Gênero e Indicadores da Educação Superior Brasileira realizado entre 6 e 7 de novembro de 2007, no DF. Nos sentimos instigados a escrever este artigo a partir da constatação de que a obra *Mulher na Educação Brasileira Superior Brasileira, 1991-2005*, que tão referencialmente apresenta os dados a esse respeito deixou de incluir a variável raça em sua análise. Longe está de nosso objetivo perfazer a mesma trajetória da numerosa, profissional e exímia equipe que se ocupou de realizar aquela publicação. O intento aqui é apenas trazer à luz algumas das reflexões realizadas por alguns autores que demonstram a inexistência de indicadores substanciais sobre a situação das mulheres negras brasileiras, uma vez ingressadas no ensino superior mas, que ao mesmo tempo apontam para a possibilidade destes serem produzidos. Sabemos que políticas públicas diversas são ou não realizadas a partir da existência – ou o seu oposto – de informações transmitidas por dados estatísticos. Acreditamos que o caminho que leva à produção destes recortes (raça e gênero) - pode ser percorrido, desde que se tenha os recursos técnicos e econômicos, a formação necessária e aduzimos a estes a sensibilidade para perceber o valor de sua geração. Assim, falar de mulheres negras no ensino superior ou a sua quase ausência – conforme apontam alguns dos ainda esparsos números aos quais tivemos acesso até o momento - nos remete ao quadro como são construídas as relações raciais no país, na seara da educação e as suas representações no mercado de trabalho.

² Trabalho apresentado na 26ª. reunião de Antropologia realizada entre 1 a 4 de junho de 2008, em Porto Seguro, Bahia. Dra. em Ciências Sociais pelo PPCIS/ UERJ (2005). Professora Adjunta de Sociologia, UFC/ Cariri. Coordenadora do N'BLAC- Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de estudos em relações raciais, gênero e movimentos sociais, certificado pelo CNPQ.

Alguns tópicos sobre educação e trabalho

“O que o negro precisa é Educação”...” Uma vez que ajudamos a pagar os custos da educação pública é melhor que lutemos por ela”³

A educação formal adquirida nos bancos escolares tem sido meta almejada pelos negros organizados, como demonstra o extrato acima publicado por um grupo na capital gaúcha, três anos após a abolição formal da escravidão. Passou, então, a ser usada não apenas como instrumento de inclusão social, mas também e principalmente como condição para serem alçados à categoria de cidadãos nacionais. Moura (1988), referindo-se à imprensa negra, em São Paulo, dos anos trinta, lembra que a educação, vista como um meio de ascender social e culturalmente, era uma de suas constantes preocupações. Inúmeras foram as iniciativas implementadas por diferentes organizações, ao longo da trajetória dos movimentos sociais (Silva, 2003).

A constituição promulgada em setembro de 1946 ao rezar o direito e obrigação do voto somente para os alfabetizados excluía do exercício democrático grande parte da população brasileira, estando os negros em sua maioria. O TEN (Teatro Experimental do Negro) formou extensas turmas de alfabetização. A UHC (União dos Homens de Cor) fundada em Porto Alegre em 1943, por exemplo, solicitava a seus associados que adotassem um negro não alfabetizado e o ajudasse a ler. A Associação do Negro Brasileiro (ANB) de São Paulo denunciava a ausência das letras para um grande contingente de negros no Brasil (Silva, 2007). Paralelamente, vários grupos, passaram a exigir do estado, a execução de sua parte de responsabilidade como o Comitê Democrático Afro- Brasileiro de 1945, no Rio de Janeiro (Moura, 1988). Este debate toma fôlego e as reivindicações voltam à cena pública de forma acentuada, na década de oitenta, quando das inúmeras atividades realizadas no país, em torno do centenário da abolição e as discussões da denúncia do racismo no Brasil.

Bourdier (1995) analisando o ambiente da educação como veículo de ascensão social das diferentes classes, busca problematizar o entendimento generalizado que vê no sistema

³ Jornal O Exemplo. Porto Alegre, julho de 1892.

escolar um promotor de igualdade social. O autor desenvolve sua análise a partir da idéia de que a escola com sua ação homogenizante – que se propõe a tratar a todos de forma igual - contribui para aprofundar as desigualdades trazidas por cada educando ao longo de sua vida. Assim, o nível sócio cultural dos familiares, o local de moradia, a escola freqüentada anteriormente ao ingresso no ensino superior, as noções de “gosto” e “bom gosto” , a freqüência maior ou menor às atividades culturais – cinema, teatro, concertos – o manejo de diferentes línguas, faladas e escritas, o hábito de leitura, todos serão fatores que corroborarão com níveis diferenciados de desempenho no ambiente escolar.

O autor afirma sobre a existência de um mascaramento do sistema educacional ao se tornar indiferente às desigualdades já encontradas na sociedade, as quais influenciam a trajetória educacional de cada estudante. Segundo Rosenberg⁴, há uma demarcada diferença da escola freqüentada pelos brancos e aquela usufruída pelos negros. A autora refere-se aos diferenciais estabelecidos pela carga horária instalações, material didático, além da qualificação dos professores, entre outros. Desta forma, o fenômeno do branqueamento, aliado, às práticas racializadas, tem sido o pilar responsável pela estrutura que exclui os negros, mulheres em sua maioria, do sistema educacional brasileiro e por conseguinte do mercado de trabalho.

Por seu turno, Hasenbalg (1979) lembra que o advento da Abolição não contribuiu para inserir os negros e seus descendentes no mercado de trabalho. Segundo o autor, quanto mais distantes estamos de maio de 1888, mais percebemos a exclusão dos afro-brasileiros das diferentes instâncias da vida social. Isto é, muito mais que fatores históricos, são os aspectos de transmissão intergeracional ou intergrupar que devem ser observados para se entender as distinções de mobilidade social entre brancos e negros, no Brasil. Neste sentido, sendo os afro - brasileiros oriundos de famílias escravizadas, desde a sua entrada em solo nacional, seus descendentes deixam de gozar de *status*, prestígio e mesmo legados financeiros usufruídos pelo grupo de não negros.

⁴ <http://www.acoesafirmativas.ufscar.br/artigofulvia2pdf> - pág.6

Desta forma, Hasenbalg (1979) informa que mesmo sendo esta sucessão de desprestígio interrompida pelas novas gerações, a posição social dos negros será sempre diferenciada, em virtude do racismo. Neste mesmo estudo Hasenbalg (1979) ressalta que os filhos dos afro-brasileiros tendem a ter menor escolaridade que os brancos da mesma classe social. Dito de outra forma, as filhas dos trabalhadores negros tem menos anos de estudos que as dos brancos, na mesma situação social. Por consequência, serão menos expostas à mobilidade social. Estas diferenças, entre brancos e não brancos, de acordo com a pesquisa, se acentua à medida que se observa os pais com maior status ocupacional. Ao mesmo tempo quando são comparadas as rendas entre homens brancos e não brancos, o estudo aponta, a partir do nível educacional, a existência de um mercado diferencial. O que pode ser devido, não apenas ao salário percebido por cada um, mas também à propriedade que cada grupo possui. Em sendo assim, retornamos à nossa reflexão inicial de transmissão intergeracional.

Numa pesquisa mais recente, analisando alguns trabalhos realizados pelo IPEA entre os anos de 2000 e 2001, Jacoub (2002) observa que o Brasil compõe o segundo país de maior população negra do mundo. Trata-se, portanto, de um percentual de 45% da população, agregados os dados do IBGE para pretos e pardos. Analisando os dados da PNAD de 2001, a autora nota que a renda *per capita* de um brasileiro médio branco é maior que o dobro de um negro médio. Outro dado, nas observações de Jacoub (2002) – embora sem incluir a variável gênero - é que a medida em que aumenta a renda, o quantitativo de negros também cresce, na proporção inversa. Assim, quanto mais alta a renda do grupo, ocorre um embranquecimento (Jacoub, 2002).

Seguindo nesta linha de análise, a autora demonstra que - no ano de 2001- da população ativa com idade igual ou superior a 25 anos - ao passo que 41% dos brancos tem empregos com carteira assinada ou são funcionários públicos, o mesmo ocorre apenas para 33% dos negros. Lembra o texto, no entanto que, estas diferenças podem não demonstrar a presença de uma racialização no mercado de trabalho, mas, apenas fatores resultantes da diferença de formação educacional entre os dois grupos. No entanto, se consideramos os exames realizados por Hasenbalg, são as heranças sócio raciais que atuam na educação e por

consequente vão ter influência direta na seletividade laboral, seja na escolha seja no acesso e ingresso no mercado.

Desta forma Jacoud (2002) corrobora que ao longo do período 1995-2001 o percentual de indivíduos pobres se manteve em níveis estáveis, ao se olhar a população no geral. A partir daí, quando o recorte racial é efetivado fica presente que o maior índice de pobreza se encontra no grupo dos negros. Ao mesmo tempo, segundo a autora, quando são controladas variáveis tais como idade, formação educacional, gênero e local de moradia, ainda assim, a diferença encontrada entre negos e brancos autoriza afirmar-se a ocorrência de discriminação racial, no mercado de trabalho.

Em relação ao quadro educacional, o estudo que ora estamos analisando demonstra que na década de noventa - com o advento da redução do analfabetismo presente na população de modo geral - a distância entre negros e brancos se manteve estável, quando comparados com períodos anteriores. Numa análise mais longitudinal dos níveis de escolaridade da população no país, entre 1907 e 1965 houve um considerável aumento. Por outro lado, quando se compara entre negros e brancos, a diminuição da distância de formação educacional - para o nível fundamental - decresceu em cerca de nove pontos percentuais. Ao passo que no ensino médio o fosso entre os dois grupos ampliou-se em oito pontos percentuais, mesmo diante da entrada três vezes maior do número de negros, no ensino médio ao longo dos anos noventa.

A autora retoma a tese, muito bem delineada por Florestan Fernandes (1965) - no seu estudo para o projeto UNESCO, nos anos cinquenta - ao atribuir às razões históricas o episódio de um menor desempenho de alunos negros, no âmbito escolar. Assim, a seguir esta análise, o que acarretaria o desnível dos negros seria o fato de serem, em sua maioria, oriundos de famílias portadoras de baixa escolaridade. Desta forma, seriam as desigualdades construídas ao longo dos períodos históricos, as que estariam sendo refletidas naqueles percentuais desfavoráveis para os alunos negros, em comparação com os brancos. Esta hipótese, porém, é imediatamente refutada quando *“constrói-se um modelo no qual, acompanhando-se as cores para nascidos entre 1900 e 1965, se simula qual seria o nível educacional dos negros se seus pais tivessem o mesmo nível educacional dos brancos”*

(Jacoub, 2002: 34). O trabalho complementa que os resultados não deixam dúvidas de que as discriminações raciais presentes na educação e no mercado de trabalho, não são apenas fruto das condições históricas desfavoráveis que marcaram a chegada dos negros em solo brasileiro.

À luz das conclusões da autora vemos que o quadro de marginalização econômica a que tem sido exposta a população negra no Brasil, dissocia-se dos aspectos puramente sociais e se alia a um importante referencial de discriminação pautado na raça, presente na sociedade e refletido notadamente nas esferas do trabalho e da educação. Desta forma, podemos retornar a Hasenbalg (1979), que embora fazendo esta afirmação, na década de setenta, tem sido atualizado em pesquisas mais recentes – como vimos em Jacoub (2002) - quando declara que *“a raça é um critério efetivo de distribuição das pessoas nas posições da hierarquia ocupacional e que os retornos ocupacionais da educação são consideravelmente menores para os não brancos”*

Mulheres negras: alguns tópicos sobre educação e trabalho

Segundo Lima (1995), embora a educação seja uma variável a ser considerada como preponderante, quando nos propormos a analisar os processos de ascensão, ainda assim diversos outros fatores contribuirão com níveis diferenciados para o alcance do sucesso. O gênero e a raça serão marcadores determinantes para resultados desiguais na obtenção de status. Quando consideradas estas variáveis, a realização profissional será diversificada independente de investimentos educacionais assemelhados. Assim, a promoção social das mulheres negras será mais dificultada quando comparadas às mulheres brancas com a mesma formação educacional (Lima, 1995).

Anos de estudos das pessoas de 10 anos e mais, segundo sexo e cor. Brasil/ 1990⁵.

	HOMENS				MULHERES			
	Brancos	Pretos	Pardos	Total	Brancos	Pretos	Pardos	Total

⁵ Fonte: Lima, 1995: 491

Menos de 3 anos	32,0	55,0	54,7	41,9	31,5	54,3	51,8	40,1
Oitos anos e mais	32,1	14,2	15,6	24,9	32,9	14,9	17,5	26,4
Doze anos e mais	11,8	2,1	2,8	8,0	11,8	2,5	3,2	8,2

Fonte: Tabulações Especiais PNAD -1990.

No início da década passada, as mulheres negras (pretas e pardas) com ensino superior (acima de doze anos de estudos) ainda estavam abaixo da metade das mulheres brancas, com a mesma formação. Com este mesmo número de anos, as mulheres negras se faziam presentes em maior número que os homens do seu mesmo grupo racial.

Distribuição das pessoas ocupadas por sexo e cor, Brasil/1990⁶

OCUPAÇÕES	HOMENS (63,8%)				MULHERES (32,2%)			
	Branco – Preto – Pardo – Total				Branca – Preta – Parda – Total			
Não Manual Alto	12,1	3,2	4,1	8,3	12,5	2,4	4,8	9,1
Não Manual Baixo	21,4	11,5	13,6	18,0	28,5	14,6	18,8	24,3
Manual	41,9	52,4	45,1	43,7	47,2	70,1	59,8	53,0

Fonte: Tabulações Especiais – PNAD – 1990.

Mais adiante, Lima (1995) apresenta a tabela que demonstra a distribuição das pessoas ocupadas por sexo e cor, também no início de noventa. Os dados referentes ao setor urbano foram divididos em três estratos: *não manual alto* que trata das funções que exigem ensino superior para seu exercício; logo a seguir, o *não manual baixo* que inclui as funções para as quais o ensino superior não é um pré-requisito e o terceiro grupo, *o manual*, compreende as ocupações de baixo rendimento ou sem qualificações específicas no mercado de trabalho. Observando atentamente os números relativos ao *não manual alto* – que mais interessa aqui - percebemos que mesmo ao se agregar os percentuais concernentes às mulheres pretas e pardas as mulheres brancas ainda estarão em posição superior num percentual que quase dobra o das mulheres negras. O que confirma o constatado na análise sobre o quadro educacional. Isto é, as mulheres brancas estavam em posição privilegiada em relação às mulheres negras.

⁶ Fonte: Lima, 1995: 491

Quando olhamos o mesmo grupo racial, incluindo a variável sexo, percebemos que naquela década os homens negros com curso universitário estavam em vantagem em relação às mulheres negras, em seu posicionamento no mercado de trabalho. Assim, vemos que, embora com mais presença nos bancos escolares universitários, as mulheres negras são preteridas no momento de inserção no mercado laboral. Numa proporcionalidade direta repete-se no mercado de trabalho a baixa inserção observada no campo universitário, das mulheres pretas e pardas, mesmo com curso superior.

Distribuição das pessoas ocupadas com 12 anos ou mais de escolaridade, por sexo e cor. Brasil/1990⁷.

Ocupações	Homens				Mulheres			
	Branços – Pretos – Pardos – Total				Brancas – Pretas – Pardas – Total			
Não Manual Alto	51,4	43,8	41,5	49,9	43,4	20,5	38,9	42,3
Não Manual Baixo	37,4	35,8	42,2	37,7	48,8	62,7	50,8	49,4
Manual	8,1	20,4	13,9	8,9	7,4	16,8	10,0	8,1

Fonte: Tabulações Especiais PNAD - 1990

A tabela acima demonstra que as mulheres pretas e pardas, embora no ensino superior, estavam concentradas em sua esmagadora maioria nos estratos inferiores de ocupação, os quais deveriam estar em mãos de pessoas com menor formação. O que nos remete às análises inicialmente propostas por Lima (1995) de que as variáveis raça e gênero são importantes marcadores quando se observa a ascensão social dos diversos grupos sociais, a partir da educação. Dito de outra forma, os resultados sociais obtidos mediante o ingresso nos vários níveis de estudos não serão os mesmos quando consideramos a raça e o sexo dos grupos analisados.

Neste sentido, os dados das três tabelas anteriores demonstram que o investimento em educação tem resultados diferenciados para as mulheres quando a racialidade é um fator de influência. O fenômeno da super qualificação será mais presente, deste modo, para as

⁷ Fonte: Lima, 1995: 494

pretas e pardas, uma vez que estas tendem a ser alocadas no mercado de trabalho em lugares profissionais abaixo da sua formação acadêmica.

Queiroz (2006) procurou analisar as desigualdades raciais e as de gênero, na UFBA. O trabalho foi realizado a partir dos alunos entrantes na universidade, num período em que a admissão através do sistema de cotas, ainda não havia sido implantada. Seus achados demonstraram que as mulheres negras (agregados os dados para pardas e pretas) encontravam-se nos cursos de menor prestígio social e com menores oportunidades no mercado. Outro dado referencial é que as mulheres negras – sendo as pretas em maior número - estavam mais presentes, embora com baixo percentual, nos cursos tidos como do “âmbito do feminino”.

Tendo, o sistema de cotas, sido implantado no ano de 2005 na UFBA, o trabalho da autora foi atualizado, a partir da análise dos dados do ano anterior (2004) e o primeiro de seu início (2005). O mesmo trabalho aponta que quando consideradas as avenidas percorridas pelos estudantes negros até chegar à universidade inúmeros fatores tem concorrido para a interrupção da caminhada antes ou após o seu ingresso.

Deste modo o estudo voltado a analisar os dados concernentes à UFBA, demonstra uma subrepresentação das mulheres que se auto declaram pretas nas carreiras em geral, e não apenas naquelas de maior prestígio. Mesmo naquelas consideradas do “universo feminino”, ainda assim o seu número ainda é ínfimo quando comparadas às declarantes pardas. Uma vez mais se pode inferir, a partir do estudo de Queiroz (2006), como vimos procurando discutir aqui, a raça e o gênero tem performances importantes no âmbito da educação superior.

O estudo realizado pelo PNUD, sobre o ano de 2005⁸, ao analisar os dados relativos à população Feminina da População Economicamente Ativa (PEA) aponta que as mulheres negras com ensino superior incompleto (entre 11 e 14 anos de estudo) apresentam crescimento de 70% a mais em relação às mulheres brancas. Mas, quando se analisa

⁸ Para maiores informações consulte: www.pnud.org.br/publicações/atlas_racial

aquelas que lograram finalizar o ensino superior – no âmbito das economicamente ativas – houve um pequeno aumento entre 1980 e 2000, como aponta a seguinte tabela:

Composição da PEA feminina por raça/cor segundo escolaridade.

Anos de estudos		0	1 a 3	4 a 7	8 a 10	11 a 14	15 e mais
1980	Brancas	10,59	14,75	33,40	14,02	20,08	7,15
	Negras	31,56	21,59	28,87	8,48	8,23	1,28
2000	Brancas	3,26	8,54	26,09	19,21	31,48	11,42
	Negras	8,36	15,83	32,37	18,48	21,92	3,06

Fonte: Atlas Racial Brasileiro - PNUD⁹

O mesmo estudo informa que, ao comprar-se com as mulheres brancas, que também tiveram ascensão no mercado de trabalho, ainda há um fosso entre os dois grupos, com prejuízo para as mulheres negras. O trabalho do PNUD aponta que “*a inserção no mercado de trabalho das mulheres negras com o nível de escolaridade superior é notavelmente desigual*”, comparadas às mulheres brancas, como informa a tabela anterior. Logo, mesmo na ausência de maiores e exaustivas análises – sobre o ambiente universitário - se pode inferir que o quadro não será diferenciado para as mulheres negras quando no ensino superior, seja na condição de discentes ou docentes. A este respeito, nos fala Carvalho¹⁰ sobre o ambiente inóspito para os afro-brasileiros quando logram ingressar nas cátedras universitárias, na qualidade de docentes. Nesta mesma direção aponta Hasenbalg (1979) quando se refere à ausência de status dos herdeiros dos escravizados no Brasil. Este, por sua vez, aliado ao racismo, atua como ferramenta de exclusão social. Esta pode ser uma das chaves para se entender os dados que se seguem, retirados da base SINAES¹¹.

Docentes por sexo com nível do curso de titulação máxima igual a doutorado segundo cor/raça

⁹ www.pnud.org.br/publicações/atlas_racial

¹⁰ Fonte: Revista Pade. Site: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index/pade/article/viewfile/144/133>

¹¹ <http://sinaes.inep.gov.br>

Cor/Raça	Feminino	Masculino	Não informado	Total
Amarela	345	503	0	848
Branca	15.854	21.662	1	37.517
Indígena	52	92	0	144
Não Informada	5.830	9.457	771	16.058
Negra	251	374	0	625
Parda	1.312	2.114	0	3.426

Fonte: Base SINAES

A base SINAES que aponta os dados incluídos até o ano base de 2005, demonstra que no universo das mulheres professoras do ensino superior e com doutorado apenas 251 são negras.

Docentes por titulação máxima com cor/raça igual a negra segundo o sexo

Sexo	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Notório saber	Total
Feminino	251	658	572	177	1	1.659
Masculino	374	792	756	296	0	2.218

Entre os professores negros (mulheres e homens) com doutorado, as mulheres negras também são minoria numa ínfima diferença percentual. A defasagem é ainda mais significativa se considerarmos o universo integral dos professores doutores no país. De acordo com a publicação *mulher na educação brasileira superior brasileira, 1991-2005*, tínhamos até o ano de 2005, um total de 63.234 doutores atuantes na educação universitária. Destes, como demonstrado na tabela acima o grupo composto por mulheres negras, era de apenas 251. Mesmo considerando para o fato da ocorrência de concursos para o ingresso no magistério superior público federal, no ano de 2006 – não incluídos nos dados disponibilizados pelo SINAES até o momento- não podemos negar a grande diferença numérica entre doutoras negras e brancas no país.

Sobre a construção dos indicadores

Num texto publicado em meados dos anos noventa, Reichman (1995) informava sobre a ausência, até então, de dados recentes referentes às mulheres e meninas negras no tocante à educação. A autora apontava a necessidade de estudos empíricos, como também, da tabulação de dados. Dez anos mais tarde, estas afirmações ainda são oportunas, uma vez que a tarefa ainda está por ser desempenhada. Nesta direção, gostaríamos de acrescentar, no presente tópico, que além do aspecto subjetivo que informa as escolhas temáticas das variáveis a serem analisadas, queremos lembrar que já há vários documentos internacionais que preconizam estes estudos. Nos referimos especificamente à *III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, à discriminação racial, à xenofobia e formas correlatas de intolerância* foi realizada em Durban-África do Sul, de 31 de Agosto a 7 de Setembro de 2001, sob a direção geral do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas.

O Brasil participou ativamente nos processos preparatórios e de negociações durante aquele evento internacional. Após a delegação sul africana, a brasileira foi a numericamente maior, presente em Durban. Tratou-se de cerca de seiscentas pessoas entre funcionários públicos (nas três esferas, oriundos de inúmeros estados, municípios e do DF, ativistas de diferentes movimentos sociais, professores, estudantes, políticos e sindicalistas, só para citar alguns. O Brasil foi um dos signatários da conferência. Logo, as decisões constantes da Declaração Final e do Plano de Ação (DF&PA), nos dizem respeito. E como tal, podem ser utilizadas como elemento de interpelação ao governo – em fóruns internacionais - quando não cumpridas. Sobre a construção dos indicadores e a importância de sua existência, assim se refere o documento: *Também expressamos nossa profunda preocupação quando o indicador nas áreas, inter alia, da educação, emprego, saúde, moradia mortalidade infantil e expectativa de vida para muitos povos revelam uma situação de desvantagem, particularmente quando os fatores que para isto contribuem incluem racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata*

Mais adiante, ao referir-se às práticas de coleta e desagregação de dados, pesquisas e estudos, assim se expressa um dos parágrafos: *Insta os estados a coletarem, compilarem,*

analisarem, disseminarem e a publicarem dados estatísticos confiáveis em níveis local e nacional e a tornarem todas as outras medidas necessárias para avaliarem periodicamente a situação de indivíduos grupos que são vítima de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.

Assim sendo, podemos ir mais longe afirmando que embora os planos de ação – resultantes de cada conferência das Nações Unidas - sejam dirigidos para os estados nação, estes só se convertem em políticas de transformação, com a participação efetiva da sociedade civil organizada. É referencial, portanto, o monitoramento e a articulação dos diferentes setores. Desta forma, prossegue o DF&PA conclamando a sociedade civil organizada para a produção de dados, como forma de contribuir na luta anti-racista nos estados membros.

Convida os estados, as organizações governamentais e não-governamentais, as instituições acadêmicas e o setor privado a aperfeiçoarem os conceitos e métodos de coleta e análise de dados, a promoverem pesquisas, intercâmbio de experiências e de praticas bem sucedidas e a desenvolverem atividades promocionais nesta área, a desenvolverem indicadores de progresso e de participação de indivíduos e dos grupos em sociedade que estão sujeitos ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.

Vários são os momentos do referido plano de ação onde é ressaltada a importância da produção e análise dos dados objetivando subsidiar políticas públicas e ações que visem o no combate às discriminações pautadas na raça. Outro documento amplitude internacional, construído após Durban (2001) aponta para a escassez de dados baseados em informações estatísticas é o relatório do governo brasileiro ao CEDAW¹² (2002), quando afirma:

Por fim, cumpre ressaltar a precariedade, e até a ausência de dados estatísticos e informações, agregados por sexo e por raça/etnia, que permitiriam traçar diagnósticos fidedignos sobre as situações desses

¹² CEDAW - CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE CONTRA A MULHER

seguimentos, de maneira a permitir a elaboração de políticas públicas que produzam mudanças na situação e nas relações desses segmentos, monitorar e acompanhar a implementação dessas políticas e, de modo especial, de medidas afirmativas, permitindo processos de avaliação qualificados (Pág: 95)

Longe está de nosso objetivo aqui, fazer uma exaustiva revisão do referido documento. Nossa finalidade é apenas demonstrar que a ausência, mesmo após dez anos do texto de Reichman – recortado no início deste tópico – dá-se não por ausência de mecanismos que os permitam ser construídos. Um vez que fóruns internacionais tem demonstrado sua relevância.

Pensares conclusivos:

Este texto se propôs a seguir três caminhos distintos: inicialmente fazer uma breve discussão sobre racismo e desigualdade racial no Brasil e sua interseção com as desigualdades de gênero. Mais adiante procuramos demonstrar as acentuadas disparidades demonstradas quando observamos a atuação das variáveis raça e gênero, notadamente nos Âmbitos da educação e do trabalho. Por último, uma breve coletânea de parágrafos de documentos internacionais que demonstram a imperiosidade dos recortes diversificados, quando da produção dos indicadores. Assim, ressaltamos alguns pontos da Declaração Final e do Plano de Ação (DF&PA) da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, à discriminação racial, à xenofobia e formas correlatas de intolerância (2001).

A variável gênero é um determinante crucial quando nos propomos a analisar os dados referentes à educação no Brasil, como já apontado no profícuo trabalho realizado pelo INEP intitulado *Mulher na Educação Brasileira Superior Brasileira, 1991-2005*. Falávamos, no início deste texto da importância da produção de dados que nos ajudem a entender o perfil das mulheres negras no ensino superior, na qualidade de alunas, professoras, dirigentes, pesquisadoras e demais profissionais nesta seara. Nos referíamos ao imperativo de sensibilidade dos pesquisadores para que atendam a este recorte. Acreditamos que os indicadores podem ser constituídos, desde que atentemos para a

acuidade destes na visibilização das informações relativas aos demarcadores raciais, nos diversos âmbitos da sociedade.

Resta-nos, portanto, saber se as mulheres negras que iniciam um curso universitário conseguem complementar a tríade ingresso, permanência e sucesso, notadamente no afunilamento que se faz marcante à medida que avançam os anos de estudo, como brevemente discutido aqui. Pleiteamos, por esta razão, a produção de indicadores que nos subsidiem a respeito do percentual das ingressantes, os dados sobre as concluintes além de informações sobre sua inserção no mercado de trabalho, entre outros, pois assim se pode pensar em políticas públicas que possam contribuir para com a erradicação do racismo e os diversos formatos de discriminação como preconizado no documento de Durban..

Referências bibliográficas

- BASTIDE , R. e FERNANDES F.** *Branços e Negros em São Paulo*. 3 ed. São Paulo: Nacional, 1971
- BOURDIEU**, Pierre. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: *Escritos de Educação*. Editora Vozes, Petrópolis, 1995.
- DF&PA**, Declaração final e Plano de Ação de Durban, Prefeitura Municipal de São Paulo, 2002.
- FERNANDES**, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*. São Paulo: EDUSP, 1965.
- HASENBALG**, Carlos Alberto. *Discriminação e desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979
- JACCOUD**, Luciana de Barros. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília: Ipea, 2002.
- MOURA**, Clóvis. *História do Negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988
- LIMA**, Márcia. Trajetória educacional e Realização socioeconômica das Mulheres Negras. In: Revista Estudos Feministas. Vol. 3N. 2. IFCS/ UFRJ, 1995
- QUEIROZ**, Delcele M. *Ações afirmativas na universidade brasileira e acesso de mulheres negras*. Salvador: Uneb, 2006, (mimeo).
- REICHMAN**, Rebeca. A Mulher Negras Brasileira: um retrato. In: Revista Estudos Feministas. Vol. 3N. 2. IFCS/ UFRJ, 1995
- SILVA**, Joselina. *A União dos Homens de Cor : Aspectos do movimento negro dos anos quarenta e cinquenta*”. In: Estudos Afro Asiáticos. Ano 25. Vol. 2 . (Maio-julho 2003) RJ.
- SILVA**, Joselina. *Movimento Negro: uma história de lutas pela igualdade*. In: Santos, Ivanir e Rocha, José Geraldo (org.). Diversidades e ações afirmativas. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.